

Cultura da memória e resistência cultural

Christa Berger¹

“Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balancê, de se remexerem dos lugares.”

João Guimarães Rosa, Grande Sertão: veredas

“Calçadões encardidos/multidões apodrecem/há um abismo entre homens/e homens, o horror!/Quem e como fará/ Com que a terra se acenda/e desate seus nós (...) o mulato baiano/já não obedecia ordens de Moscou/era luta romântica/era luz e era treva/feita de maravilha/de tédio e de horror.”

Caetano Veloso, Um comunista

O convite para participar deste evento traz consigo o desafio de articular os três conceitos escolhidos como tema do Congresso – mídia, cultura e memória – com o que venho trabalhando como pesquisadora do campo de estudos da Comunicação.

Pertenço a um Programa de Pós-Graduação que definiu como sua área de concentração os Processos Midiáticos. Entendemos que a sociedade contemporânea está fortemente marcada pela mídia, cuja lógica organiza nossas instituições e se inscreve em nossa experiência. O reconhecimento da presença midiática em nossas vidas é, também, o reconhecimento de um tipo de poder que circula em nossa sociedade.

Escolhi como norte para organizar este texto uma sentença muito conhecida de Walter Benjamin: “nunca houve um documento da cultura que não fosse, ao mesmo tempo, um documento da barbárie.” (1986, p. 225). Esta concepção é tão importante para sua obra que está inscrita em sua sepultura em PortBou, na fronteira entre Espanha e França, cidade onde se suicidou depois de um largo percurso de sofrimento físico e psicológico.²

Entender a cultura como um documento deixa implícito o lugar que nela ocupa a memória. Ao mesmo tempo em que está sempre em transformação, provém de culturas anteriores, tem continuidades na sua pluralidade e variabilidade e, ao nos fazer

¹ Professora titular e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS. Professora aposentada da UFRGS.

² Muitos textos contam esta passagem da vida de Benjamin. Sugiro o artigo de Hanna Arendt no livro *Tempos Sombrios* (1987) e o documentário *Quién mato a Walter Benjamin*, de David Mauas (2005), assim apresentado: “[...] busca las respuestas a las dudosas circunstancias de su muerte, a la vez que establece el retrato de un pueblo de frontera, anclado entre dos frentes, testigo de evasiones, persecuciones y falsas esperanzas”. (Ver em: <http://www.whokilledwalterbenjamin.com>).

ser o que somos, porque é uma prática social, permite saber quem somos, pois ao reconhecer as representações culturais temos indicadores para nos compreendermos. Hoje, pensamos a cultura totalmente desmistificada: não são as obras do passado, não são objetos adquiridos para conferir *status* ou para autopromoção. A cultura é apreendida como uma relação viva que entrelaça o presente ao passado e deixa vislumbrar o futuro ao transmitir “[...] o processo histórico concreto, material, de desistências, de perseverança, de luta, de violência [...]” (Gagnebin, 2008, documento eletrônico).

Benjamin dirá que nada nos chega de maneira neutra, “[...] como se a tradição histórica fosse um mero depósito de produtos prontos, que esperam imóveis nas gavetas empilhadas do tempo.” (Gagnebin, 2008, documento eletrônico). Entendida assim, a cultura está ancorada na experiência, oferece os subsídios para a produção e para a apreensão das obras e das interações sociais nelas contidas.

Com a intenção de refletir sobre cultura e memória na sociedade midiática, trago exemplos vividos no Brasil para ensaiar um caminho de aproximação possível. A instalação da Comissão da Verdade servirá como ponto de partida para remexer e misturar as camadas dos tempos que formam o presente.

A cultura da memória

Entre as manifestações da cultura, me interessa particularmente a cultura da memória que se instalou em nosso horizonte desde o final do século passado e está fortemente vinculada à produção midiática. Como reconhece Andreas Huyssen (2005), um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. Esse fenômeno, diz ele, caracteriza uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século 20.

A memória, portanto, é produzida e circula intensamente em nossas sociedades e é, também, objeto de observação e de reflexão quando se vislumbra a produção de obras testemunhais em diferentes formatos, bem como a bibliografia que vai em busca dos sentidos dessa produção.

Ao estudar a memória da ditadura militar brasileira,³ observo o gesto de destapar o acontecimento relacionando a tradição da cultura da memória com a memória produzida pela mídia. Neste movimento, se dá a ver a construção que quer legitimar a memória oficial e a memória das vítimas que lutam, por um lado, contra as suas lembranças e, por outro, buscam abrir um lugar no espaço público para cumprir com o compromisso de todos os que sofreram traumas políticos: não deixar esquecer.

Há uma longa tradição que conta como é difícil para os que sofreram no corpo as arbitrariedades políticas expor seus sofrimentos. Esta literatura de testemunho também tem espaço entre os brasileiros. Pode ser vista, por exemplo, na narrativa de Flávio Tavares em *Memórias do Esquecimento*:

Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever. A cada dia adiei o que iria escrever ontem. A ideia vinha à memória, mas logo, logo se esvaia naquele cansaço imenso que me fazia deixar tudo para amanhã e jamais recomeçar [...]. Tendo tudo para contar, sempre quis esquecer [...]. Eu me lembro tanto de tanto ou de tudo que, talvez, por isso, tentei esquecer. Esquecer? Impossível, pois o que eu vi caiu sobre mim, e o corpo ou a alma sofridos não podem evitar que a mente esqueça ou que a mente lembre. Sou um demente escravo da mente. Rima? Rima, sim, e até pode ser uma rima, mas não é uma solução. A única solução é não esquecer. E por não esquecer, te conto. Como um grito te conto. (Tavares, 1999, p. 12).

Mais recente e na mesma linha temos o livro *K.*, de Bernardo Kucinski⁴, que vai ao romance para contar a história da irmã, Ana Rosa Kucinski, professora de química da Universidade de São Paulo, um dos nomes na lista dos desaparecidos durante a ditadura militar. Ele avisa:

Caro leitor: Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu. Deixei que lembranças fluíssem diretamente da memória, na forma como lá estavam, há décadas soterradas, sem confrontá-las com pesquisas, sem tentar completá-las ou lapidá-las com registros da época [...]. Depois, valendo-me da fabulação, levei essas recordações a cenários imaginados; juntei situações ocorridas em tempos diferentes, algumas idealizei do quase nada e preenchi as lacunas de esquecimento e os bloqueios do subconsciente com soluções inventadas. Cada fragmento ganhou forma independente dos demais, não na ordem cronológica dos fatos e sim na exumação imprevisível desses despojos de memória, o que de novo me obrigou a tratar os fatos como literatura, não como História (Kucinski, 2012, p. 13).

Os testemunhos dos dois jornalistas brasileiros, que viveram na pele o que descrevem, se ancoram em um paradigma fundado por Elie Wiesel e Primo Levi, das narrativas de testemunho do Holocausto e que ecoam nos dizeres dos sobreviventes de

³ Iniciada com o Golpe Militar de 1964, tem seu fim como ação política no decorrer dos anos 1980. Seu sentido, contudo, segue sendo tecido e reverberando o acontecimento para além dele.

⁴ O livro recebeu menção honrosa do Prêmio Portugal Telecom de Literatura em 2012.

outras tantas experiências traumáticas.⁵ Tavares e Kucinski integram, com outros narradores, um significativo inventário de depoimentos dos perseguidos da ditadura brasileira, ofertados nos mais variados formatos. Livros, imagens, reportagens, filmes e documentários nos dizem que na cultura da memória há um compromisso ético: ao lembrar, querer que não se repita. Ao mesmo tempo, emergem disputas pelo sentido dado aos acontecimentos uma vez que não há uma memória coletiva nacional, consensual, harmoniosa e unificadora sobre eles e as grandes marcas de sofrimento que impuseram.⁶

O desejo de oficializar uma memória nacional (sempre inexistente) se depara, em algum momento, com a memória subterrânea dos vencidos, argumenta Michel Pollak (1989) ao estudar a memória e o esquecimento como posições que indicam um lugar de pertencimento em relação aos acontecimentos em questão. E ressalta: os vencidos “[...] prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados.” (1989, p. 4).

Para Pollak, embora na maioria das vezes a disputa de sentidos sobre os acontecimentos esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e memórias subterrâneas não remete somente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Ele localiza este problema com mais frequência entre grupos que defendem posições contrárias.

A Comissão da Verdade

A instalação da Comissão da Verdade no dia 10 de maio de 2012, dedicada a apurar violações de Direitos Humanos praticadas por agentes públicos brasileiros⁷, bem como a cobertura que ela merece da grande mídia brasileira desde então, permite observar a disputa discursiva entre os que reivindicam a memória e os que pregam o

⁵ Elie Wiesel escreveu o relato testemunhal *A Noite* (2006) dez anos depois de sua libertação do campo de concentração e conta que a decisão de fazê-lo nasceu de uma promessa na sua chegada a Auschwitz: “Nunca me esquecerei desta noite”. Primo Levi, em *Os afogados e os sobreviventes* (2006), afirma que não sabe se os testemunhos são tecidos por uma espécie de obrigação moral para com os emudecidos ou, então, para nos livrarmos de nossa memória. Questões similares mobilizam os relatos de Flávio Tavares e de Bernardo Kucinski. Trato mais amplamente da associação entre as narrativas do holocausto e da ditadura brasileira no texto *Lembrar, esquecer, narrar, expor, anistiar, cobrar. Política de memória e memória midiaticizada* (Berger, 2008).

⁶ No artigo *A contribuição do cinema para a memória da ditadura brasileira* (Berger; Chaves, 2006), localizamos 34 filmes produzidos no Brasil com menções à ditadura. Tal produção deixa ver que a memória não é neutra e que o sentido sobre este tempo está em disputa também nas narrativas fílmicas.

⁷ Compreendendo o período entre 1946 e 1988. Ver: <<http://www.cnv.gov.br>>.

esquecimento. A memória, assim como a cultura e como o jornalismo, não é neutra e os sentidos atribuídos aos acontecimentos não estão despidos de sentimento e de razão. É possível observar, também, o deslocamento da oposição entre Estado e sociedade civil, para grupos e setores da sociedade, que expressam as alianças que cada conjuntura propicia e permite. Por exemplo, no contexto atual do Brasil não há oposição entre o governo do Partido dos Trabalhadores e o grupo *Tortura Nunca Mais*, como ocorreu quando outros partidos detinham o comando da nação. Hoje, localizamos disputas entre militares e governo, ou entre grupos de familiares de torturados e de torturadores.

A necessidade de investigar, denunciar e punir os crimes do Estado no período da ditadura militar é um dever do Estado que se quer democrático, não só para que as famílias enterrem seus mortos, mas para fazer justiça às vítimas. A justiça histórica só poderá ser realizada ao se fazer uma memória da injustiça cometida contra as vítimas. Ao Estado cabe julgar, processar e condenar. Só depois do processo e da sentença é que se pode falar em anistia e em perdão. São muitos os exemplos de como processos semelhantes foram encaminhados em outros países, assim como as profundas reflexões propiciadas por estes processos que ensinam que “[...] tanto o perdão como a anistia exigem justiça, e a justiça devida as vítimas exige o direito à memória e a verdade das violências cometidas.” (Ruiz, 2011, p. 128).

No Brasil se pretendeu eliminar etapas, falando logo em anistia,⁸ em perdão, quando estas atitudes são o resultado final da justiça e ainda há que se diferenciar uma e outra. O Estado poderá anistiar legalmente, mas não perdoar. Perdoar é uma prerrogativa ética das vítimas, só quem sofreu o trauma da violência pode decidir sobre o perdão e o gesto pressupõe passar pela memória.⁹

Trago este conjunto de informações para mostrar que este saber está disponível, que muito já foi escrito e pensado sobre as funções da memória nas diferentes circunstâncias históricas em que a questão se colocou, como no Holocausto e nas ditaduras do Cone Sul,¹⁰ o que autoriza formular a seguinte questão: Por que o conhecimento já produzido sobre o direito à verdade e à memória que circula entre nós não está presente quando a Comissão da Verdade é tratada pelo jornalismo? Por que não

⁸ A Lei da Anistia, por exemplo, foi promulgada em 1979 no governo de João Baptista Figueiredo.

⁹ No Relatório Azul 2011, editado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Castor Ruiz faz uma genealogia da violência considerando o estado de exceção e a mimese onde a questão do perdão e a relação entre o que cabe ao Estado e ao indivíduo é tratado de forma exemplar.

¹⁰ Um exemplo está em Bauer (2012).

se diferenciam as etapas, não se fala em critérios, nem na tensão entre memória e esquecimento vinculado aos dois lados da história?

Uma das razões que podemos elencar é de que a reivindicação dos militares pelo silêncio ecoa na vontade midiática de esquecimento. Assim como os militares, os grandes grupos de comunicação têm interesses particulares em não desvendar aqueles tristes acontecimentos, implicados e cúmplices que foram.¹¹

Para muitos intelectuais de esquerda no Brasil, a Comissão da Verdade nasce derrotada. A negociação para desencadeá-la foi tanta, dizem, que será mais um gesto rumo às estratégias para o esquecimento. A presença dos ex-presidentes José Sarney e Fernando Collor ao lado da presidente Dilma Roussef no ato de instalação da Comissão representa a imagem do sentido possível da Comissão entre nós.

Para mim, os limites da Comissão não anulam a potencialidade latente que existe nela. A mobilização social será importante para que ela possa estender e problematizar sua função. Se a Comissão da Verdade chegar a sensibilizar a sociedade, há esperanças de que ela venha a contribuir para se escrever outra versão da História e incidir sobre a visão do Estado quanto às práticas de violência policial.

Esclarecer o que aconteceu no período da ditadura militar propiciará o cumprimento da função da memória. Adorno¹² associou “memória” não com culpa, nem com comemoração ou lembrança, mas com esclarecimento. Penso que o esclarecimento, no caso brasileiro, ao mesmo tempo em que deve dar a conhecer o que aconteceu nos porões da ditadura entre 1964 e 1980, deve mostrar que a violência de Estado cometida na época não é exceção, mas parte da estrutura da sociedade brasileira. Há uma linha de continuidade na violência vivida, iniciada no genocídio indígena e na escravidão, passando pela tortura aos presos políticos no período da ditadura militar, que chega até os nossos dias com a legitimação e a naturalização das arbitrariedades contra os pobres. Este feixe de atrocidades compõe uma fatia da nossa cultura, a barbárie brasileira está

¹¹ A Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ instalou a *Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas Brasileiros*. Seu objetivo é “registrar não apenas os casos de jornalistas mortos e desaparecidos, mas também de todos os que foram comprovadamente perseguidos, ameaçados, cassados, indiciados em processos, condenados, exilados, presos e torturados.” (Ver: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=3756>>). Ao tornar público o levantamento do que aconteceu aos jornalistas, a atuação da imprensa neste período terá mais uma camada destapada.

¹² Gagnebin (2006, p. 102) chama atenção para a diferença entre a sacralização ou culpabilização e esclarecimento, na perspectiva de Adorno: “Aufklärung designa o que fala com clareza à consciência racional, o que ajuda a compreensão clara e racional – contra a magia, o medo, a superstição, a denegação, a repressão, a violência.”.

presente na cultura autoritária e na cultura da violência autorizada. Inscritas em nosso cotidiano, foram sendo reconhecidas ao longo da história como legítimas e naturais.

O fio da história que vem sendo costurado pela mídia por meio das narrativas dos acontecimentos da atualidade encontrou-se, recentemente, na cobertura da Comissão da Verdade, quando o passado saiu da sombra para enquadrar a notícia, evidenciando o lugar de fala dos interesses que a grande imprensa segue a representar. *O Jornal Nacional*, da *Rede Globo*, por exemplo, ao noticiar a instalação da Comissão, enfatizou, por meio da entonação da voz do apresentador William Bonner, que “[...] a Comissão da Verdade só vai investigar os crimes cometidos pelos agentes do Estado.” (grifo meu), e que “[...] os militares acham que ela deveria ser ampliada para alcançar também os crimes cometidos pelos grupos de esquerda.” No *Bom Dia Brasil*, da mesma emissora, novamente o critério de noticiabilidade foi o que faltava na Comissão: “Os atos cometidos por opositores do Regime Militar não serão investigados.” O jornal *O Globo*, também pertencente ao mesmo grupo empresarial, fez um editorial contra a Comissão. São exemplos que aproximam militares e jornalismo na ideologia da reconciliação que faz, na verdade, a defesa do esquecimento.¹³

Fragmentos como estes revelam que é sutil o trabalho de enquadramento dos acontecimentos. É assim, contudo, que o jornalismo contribui com a formação da nossa visão de mundo. Ao reconhecer o presente por meio da cobertura dos acontecimentos da atualidade, a mídia nos oferece o sentido que convém aos que detêm o poder. Neste caso, ao fazer ver o mundo, fazer crer que ele é assim.

Como afirma Pollak (1989), a memória oficial é construída pelo trabalho de enquadramento e, aqui, outra vez se evidenciam as conexões existentes entre os que detêm posições de dominação, ou ainda, de como o jornalismo, no trabalho de enquadrar, representa determinados interesses. O autor continua:

Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação. Recusar levar a sério o imperativo de justificação sobre o qual repousa a possibilidade de coordenação das condutas humanas significa admitir o reino da injustiça e da violência. À luz do que foi dito sobre as memórias subterrâneas, pode-se colocar a questão das condições de possibilidade e de duração de uma memória imposta sem a preocupação com esse imperativo da justificação. Ainda que quase sempre

¹³ São trechos que integram a pesquisa de Carmem Abreu, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Unisinos. O trabalho analisa a cobertura sobre a Comissão da Verdade na imprensa brasileira. O texto *A Comissão da Verdade e o compromisso do jornalismo com o resgate da história do Brasil* (Abreu, 2012), apresentado no 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, sintetiza alguns elementos sobre o tema.

acreditem que o tempo trabalha a seu favor e que o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo, os dominantes frequentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento, e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contraviolência. (Pollak, 1989, p. 9).

A aposta dos militares e da grande mídia é fazer esquecer a ditadura sem justificção plausível, ora silenciando e ocultando o que aconteceu, ora confundindo as pessoas ao igualar as ações cometidas pelos dois lados, ora espetacularizando a tortura pela repetição de imagens produzidas nos moldes dos filmes de circulação comercial. Eles acreditam na possibilidade do esquecimento por meio da disponibilização abundante de informação banal que tem o mesmo poder que o silenciamento. Assim, os torturadores dos jovens que lutavam contra a ditadura e os torturadores dos jovens pobres das periferias de hoje, ficarão impunes e autorizados a seguir em suas práticas.

Penso que estamos ouvindo variados e diversificados gritos, como chamou atenção Pollak, prenes de ressentimento, amargura e ódio. O tempo não trabalhou a favor da “harmonia” pretendida e buscada pelos dominantes, seja pelo uso da repressão violenta, seja através da sedução pelas palavras e imagens.

A escuta da violência pelas canções

O tempo presente é rico em demonstrações das possibilidades de resistência. Relembro a compreensão de Gagnebin (2008, documento eletrônico) de que há “reservas de sentidos, muitas vezes encobertos e esquecidos”, assim como “possibilidades de resistência e transformação que cabe ao presente reencontrar.”. Escolhi um exemplo para fazer trabalhar a cultura possuída de memória e a memória vindo ao encontro do presente e lembrar que se o mundo *foi e é assim*, não precisa *seguir sendo* assim. O exemplo é composto por três canções que apontam para repetições na nossa história, formando um *continuum* que vai do navio negreiro ao camburão¹⁴ e mostrando, também, que a barbárie inscrita na vida diária, ao ser musicada pode sensibilizar e convocar à ação da crítica. Na cultura brasileira a música tem uma presença forte em muitas direções, ocupando um lugar de reconhecida importância na política de resistência à ditadura e no confronto das memórias.

¹⁴ Ideia que está em uma canção de *O Rappa, Todo camburão tem um pouco de navio negreiro* e que vem ao encontro da lógica deste texto. Ver: <<http://letras.mus.br/o-rappa/77644>>.

Não pretendo com isto argumentar que a música tenha função social ou que traga conteúdos explícitos para transmití-los como uma mensagem. Concordando com Wisnik (2004), entretanto, penso que a música mantém com a política um vínculo operante, ainda que não sempre visível:

Ela [a música] atua, pela própria marca do seu gesto, na vida individual e coletiva, enlaçando representações sociais a forças psíquicas. Estando muito próxima daquilo que conseguimos experimentar em matéria de felicidade humana, a música é um foco de atrativos que se presta a variadas utilizações e manipulações. (2004, p. 199, acréscimo meu).

Os meus exemplos vão ao encontro da música como expressão de resistência e rebeldia, de sensibilização e de diálogo, de conexão entre passado e presente propiciando que no gesto de escuta a barbárie seja ressignificada.

Começo com *A Carne*, (ver anexo 1) de autoria de Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capelletto, cantada por Elza Soares.¹⁵ É a voz de Elza Soares que dá o sentido último ao refrão “a carne mais barata do mercado é a *minha* carne negra” (grifo meu). É a experiência transformada em memória que a autoriza a afirmar que os negros vão de graça para o presídio, para o subemprego, para os hospitais psiquiátricos ou para debaixo das lonas de plástico. Mas é também a memória que guarda o direito herdado de um “antepassado de cor” para brigar e brigar e brigar por justiça e por respeito, diz a sequência da letra.

A segunda música é *Cálice*¹⁶ (ver anexo 2) e a história dela é a seguinte: Em 1973, a gravadora Phonogran¹⁷ organizou o show *Phono 73* com todos os seus artistas no formato de encontros entre eles. Convidou Gilberto Gil e Chico Buarque para cantarem uma música em dupla. Era Semana Santa e Gil se viu seduzido, lembra ele, pela ideia do calvário e do cálice de Cristo e compôs o refrão “Pai afasta de mim este cálice”, mostrado posteriormente a Chico. Este, logo viu a possibilidade de um jogo de palavras entre *cálice* e *cale-se*. E assim saiu a música. No dia do show, ambos souberam que a música havia sido proibida. Decidiram cantá-la sem letra, entremeada com palavras desconexas. Mas a censura contou com a colaboração da gravadora e assim que começaram, o microfone do Chico foi desligado. Ele buscou outro, também desativado, e assim sucessivamente até que disse: “Vamos ao que pode”; e cantou *Baioque*. Um

¹⁵ A letra, com interpretação de Elza Soares, está disponível em: <<http://letras.mus.br/elza-soares/281242>>. Há vários outros vídeos no YouTube nos quais é possível apreciar a interpretação.

¹⁶ Ver a letra completa em: <<http://letras.mus.br/chico-buarque/45121>>.

¹⁷ Realizado em São Paulo. A *Phonogran* é hoje *Universal*.

fragmento em vídeo desse dia circula no *You Tube*¹⁸ e mostra, ao mesmo tempo, a criação provocativa pelo jogo com as palavras *cálice* e *cale-se*, a truculência da censura com a cumplicidade da gravadora, bem como as possibilidades de rememoração, possibilitadas aqui pela internet.

A terceira música é uma gravação recente, composta por Mano Brown para a trilha sonora do filme *Marighella*¹⁹ (ver anexo 3). Carlos Marighella, nascido na Bahia, foi líder revolucionário e dirigente da Aliança de Libertação Nacional – ALN, tendo sido morto em 1969 numa emboscada armada pelos militares em São Paulo. O *rap Mil faces de um homem leal* é cantado pelos *Racionais*²⁰, com clipe gravado em um edifício ocupado na região da Cracolândia, em São Paulo e cujos moradores participam da luta pela ocupação de moradias. O vídeo relembra também um episódio de ocupação no período da Ditadura, quando a ALN ocupou a *Rádio Nacional* para veicular uma mensagem revolucionária chamando o povo à luta armada. A canção reúne a memória da ditadura e a memória da escravatura: “Sem justiça não há paz, há escravidão”, “Mulato defensor dos fracos”; “Que ousou lutar, amou a raça / Honrou a causa que adotou”, são alguns dos versos.

Chegando ao final

Uni a Comissão da Verdade às três canções porque encontro nestes exemplos tão díspares uma possibilidade de fazer trabalhar “brasileiramente” a associação da cultura com a memória e a mídia. A memória das vítimas e os testemunhos de quem sofreu torturas ou presenciou atrocidades para poder escrever *K.* ou cantar que a “carne mais barata do mercado é a carne negra”, são narrativas com potencial de esclarecimento. Seja pela averiguação sistemática que responde ao imperativo da verdade que move o trabalho da Comissão, seja pela sensibilização que os documentos testemunhais provocam, podemos observar que a revelação deste “outro” cuja morada é

¹⁸ Um exemplo é o vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=oXGDIMMOEWg>>.

¹⁹ O documentário *Marighella* (Ferraz, 2012) é dirigido por uma sobrinha dele, que participa do filme como uma voz de testemunho. A biografia do líder revolucionário, recém lançada pela Companhia das Letras e escrita durante oito anos pelo jornalista Mário Magalhães (2012), tem 700 páginas. O mais recente álbum do Caetano Veloso, *Abraço*, traz uma canção dedicada a Marighella, chamada de *Um Comunista* (Ver: <<http://letras.mus.br/caetano-veloso/um-comunista>>.), que igualmente relaciona o mulato baiano com o comunista buscando as aproximações que o fizeram “perigoso”, perseguido, e, por fim, morto. São materiais formam um documento precioso, que reencontram no presente razões para a volta ao passado e buscar, nos vestígios de lá, o que eles podem revelar sobre nós.

²⁰ A letra completa está acessível em: <<http://letras.mus.br/racionais-mcs/marighella>>.

a memória subterrânea, traz consequências importantes para a não aceitação e naturalização da violência.

Castor Ruiz confia no poder da memória para desmanchar ou desestabilizar a violência. Ele escreve:

Ao trazer para luz a perversidade da violência, se inibe a sua reprodução. O dispositivo naturalizador da violência, que a reproduz como algo normal, fica desconstruído quando se rememoram as consequências da barbárie. A tendência em continuar utilizando a violência como um método normal de governo e de gestão política fica profundamente questionada, desconstruída, quando confrontada com a memória de suas consequências. Os atos de memória atualizam as barbáries históricas como meio eficiente para evitar sua repetição. (2011, p.125).

A cultura da memória, portanto, é política. Passar a limpo as injustiças legitimadas, assim como elucidar o autoritarismo disfarçado de cordialidade é afirmar uma posição de resistência. Se somente a memória pode perdoar, também somente ela pode reverter o quadro da violência introjetada em nós a ponto de considerá-la um método eficiente para inibir a ação violenta do outro. A memória ativada para o esclarecimento, posta em circulação nas narrativas verdadeiras e sensíveis é um caminho para reposicionar o presente. É aí que entra a mídia, lugar privilegiado de produção, exposição e circulação das ideias, valores, comportamentos, perspectivas de entendimento e de ação. Em seu universo cabem tanto os grandes veículos e suas redes econômicas como as manifestações de um só sujeito²¹ que alcançam visibilidade graças às redes sociais.

Para finalizar, quero incluir como um ato de memória também esta exposição. A ação política da Comissão da Verdade, o jornalismo comprometido com os Direitos Humanos, as canções de protesto, mas, também, nossas pesquisas e intervenções acadêmicas podem compor outro feixe cultural que, ao tomar a crítica como ponto de partida, têm o potencial de contribuir para descortinar novos horizontes e fazer a sociedade dialogar com o seu passado e questionar o seu presente.

A cultura da memória, como ato de resistência e esclarecimento contra o esquecimento, faz parte de uma luta histórica que tem ainda um longo caminho pela frente no Brasil. O direito à memória, que justifica a existência da Comissão da

²¹ O jornalismo está atravessando um momento delicado, pois não detém mais o monopólio da informação. Há um conjunto de novos meios e canais que tornam público e questionam o teor da informação, que já não é mais hegemônica. Um rico exemplo de contra-informação que, graças à internet, chega a outros lugares do Brasil, é o *Jornal Pessoal* produzido pelo jornalista Luiz Flavio Pinto e que propicia outra compreensão dos problemas do Pará. Ver: < <http://www.lucioflaviopinto.com.br>>.

Verdade, está também presente na Lei das Cotas²² que tanta polêmica gera em nossas Universidades, assim como nos conflitos em torno das terras dos povos indígenas. Elas demonstram como as questões da censura e da tortura, dos militantes políticos e dos excluídos se tocam e integram a memória subterrânea que em cada tempo presente é preciso fazer emergir, buscando a forma mais apropriada de desenterrá-la.

O tema deste encontro é “Mídia, cultura e memória na Amazônia”. Não me referi à Amazônia, pois o que sei daquilo que aqui acontece é fruto da informação que circula na mídia hegemônica e nas redes sociais, o que deixa ver a dimensão da sua complexidade. Também por isso agradeço o convite, pela oportunidade de, estando aqui, testemunhar e ouvir os testemunhos de vocês sobre o que aqui se passa.

Referências

ARBEX JÚNIOR, José. Comissão da Verdade nasce derrotada. **Caros Amigos**, 2012. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/component/content/article/202-revista/edicao-183/2143-jose-arbex-comissao-da-verdade-nasce-derrotada>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

ABREU, Carmen. A Comissão da Verdade e o compromisso do jornalismo com o resgate da história do Brasil. In: 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor, 2012, Curitiba. **Anais do 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Curitiba: SBPJor, 2012. Disponível em: <<http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/viewFile/2053/188>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

ARENDT, Hannah. Walter Benjamin: 1892-1940 In: ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 136-176.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina**. Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Editora Medianiz, 2012.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas** – Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 222-232.

BERGER, Christa; CHAVES, Juliana. A contribuição do cinema para a memória da ditadura brasileira. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Paulinas; USP, n. 3, set./dez. 2009, p. 26-36.

²² A Lei das cotas raciais e sociais destina 50% de todas as vagas nas universidades públicas federais aos estudantes enquadrados no sistema. 25% delas são destinadas aos estudantes negros, pardos ou indígenas.

BERGER, Christa. Lembrar, esquecer, narrar, expor, anistiar, cobrar, Política e memória e memória midiaticizada. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **Ilha do Presídio**: uma reportagem de ideias. Porto Alegre: Libretos, 2008, p. 21-32.

FERRAZ, Isa Grinspum. **Marighella**. Documentário. Rio de Janeiro: Tc Filmes: Texto & Imagem, 2012, 100 min.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Documentos da cultura: documentos da barbárie. **Ide (São Paulo)**, São Paulo, v. 31, n. 46, jun. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062008000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jan. 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. Resistencia a la memoria: los usos y abusos del olvido público. Conferência. **XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Porto Alegre, PUC-RS, 2004. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/memoria/congresso2004/conferencia_andreas_huysen.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2013.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MAGALHÃES, Mario. **Marighella**, o guerrilheiro que incendiou o mundo. Companhia das Letras: São Paulo, 2012.

MAUAS, David. **Quién mató a Walter Benjamin**. España-Holanda: Medianimación, Milagros Producciones, 2005, 73 min. Disponível em: <<http://www.whokilledwalterbenjamin.com>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, vol. 2, n3, Rio de Janeiro, 2007.

RUIZ, Castor. O direito à verdade e à memória – por uma justiça anamnética: uma leitura crítica dos estados de exceção do Cone Sul. **Relatório Azul**, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2011.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. Porto Alegre: LP&M, 1999.

WIESEL, Elie. **A noite**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

WISNIK, José Miguel. **Sem receita**. Ensaios e canções. São Paulo: Publifolha, 2004.

Anexos

ANEXO I

A Carne, Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capellette

A carne mais barata do mercado é a carne negra (5)

Que vai de graça pro presídio
E para debaixo de plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que fez e faz história
Segurando esse país no braço
O cabra aqui não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador é lento
Mas muito bem intencionado
E esse país
Vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas mesmo assim
Ainda guardo o direito
De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar
A carne mais barata do mercado é a carne negra (5)

ANEXO II

Cálice, Chico Buarque e Gilberto Gil

Pai afasta de mim esse cálice (3)
De vinho tinto de sangue
Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor e engolir a labuta?
Mesmo calada a boca resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta
Pai afasta de mim esse cálice (3)
De vinho tinto de sangue
Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoa
Atordoados eu permaneço atento
Na arquibancada, prá qualquer memento
Ver emergir o monstro da lagoa
Pai afasta de mim este cálice (3)
De vinho tinto de sangue
De muito gorda a porca já não anda
De muito usada a faca já não corta
Como é difícil, Pai, abrir a porta
Essa palavra presa na garganta

Esse pileque homérico no mundo
De que adianta ter boa vontade
Mesmo calado o peito resta a cuca
Dos bêbados do centro da cidade
Pai afasta de mim esse cálice (3)
De vinho tinto de sangue
Talvez o mundo não seja pequeno (Cale-se)
Nem seja a vida um fato consumado
Quero inventar o meu próprio pecado
Quero morrer do meu próprio veneno
Quero perder de vez a cabeça
Minha cabeça perder teu juízo
Quero cheirar fumaça de óleo diesel
Me embriagar até que alguém me esqueça (Cale-se)

ANEXO III

Mil faces de um homem leal (Marighella), Racionais MC's

A postos para o seu general
Mil faces de um homem leal (2x)

Protetor das multidões
Encarnações de célebres malandros
De cérebros brilhantes
Reuniram-se no céu
O destino de um fiel, se é o céu o que Deus quer
Tô somado, é o que é, assim foi escrito
Mártir, Mito ou Maldito sonhador
Bandido da minha cor
Um novo messias
Se o povo domina ou não
Se poucos sabiam ler
E eu morrer em vão
Leso e louco sem saber
Coisas do Brasil, super-herói, mulato
Defensor dos fracos, assaltante nato
Ouçam, é foto e é fato a planos cruéis
Tramam 30 fariseus contra moisés, morô
Reaja ao revés, seja alvo de inveja
Irmão, esquina de velas pra cima de um rebelde
Que ousou lutar, honrou a raça
Honrou a causa que adotou,
Aplauso é pra poucos
Revolução no Brasil tem um nome
Vejam o homem
Sei que esse era um homem também
A imagem e o gesto
Lutar por amor
Indigesto como o sequestro do embaixador
O resto é flor, se tem festa eu vou
Eu peço, leia os meus versos, e o protesto é show
Presta atenção que o sucesso em excesso é cão

Que se habilita a lutar, fome grita horrível
A todo ouvido sensível que evita escutar
Acredita lutar, quanto custa ligar?
Cidade chama vida que esvai
Clama por socorro, quem ouvirá?
Crianças, velhos e cachorros sem temor
Clara meu eterno amor, sara minhas dores
Pra não dizer que eu não falei das flores
Da Bahia de São Salvador brasil
Capoeira mata um mata mil, porque
Me fez hábil como um cão
Sábio como um monge
Antirreflexo de longe
Homem complexo sim
Confesso que queria
Ver Davi matar Golias
Nos trevos e cancelas
Becos e vielas
Guetos e favelas
Quero ver você trocar de igual
Subir os degraus, precipício
É vida difícil, ô povo feliz
Quem samba fica,
Quem não samba, camba
Chegou, salve geral da mansão dos bamba
Não se faz revolução sem um fuga na mão
Sem justiça não há paz, é escravidão...
Revolução no Brasil tem um nome...
A postos para o seu general
Mil faces de um homem leal (2x)
Marighella
Essa noite em São Paulo um anjo vai morrer
Por mim, por você, por ter coragem em dizer